



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2018**

**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO**

**DATA: 18/05/2018**

**HORÁRIO: 11:30 HORAS**

**LOCAL: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>**

**OBJETO:** Contratação de empresa para elaboração de projeto executivo e caderno de encargos complementares com as especificações técnicas e planilha de materiais e serviços, visando a modernização e adequação do sistema de ar condicionado à atual necessidade, do Fórum de Santos do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

**Vistoria:** A vistoria é facultativa e poderá ser feita mediante agendamento com a Coordenadoria de Infraestrutura Predial, por meio do e-mail [infraestrutura@trtsp.jus.br](mailto:infraestrutura@trtsp.jus.br).

**EDITAL**

- 1 - DO OBJETO**
- 2 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**
- 3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**
- 4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**
- 5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**
- 6 - DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**
- 7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**
- 8 - DA HABILITAÇÃO**
- 9 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**
- 10 - DOS RECURSOS**
- 11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**
- 12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 13 - DO CONTRATO**
- 14 - DO PAGAMENTO**
- 15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 17 - DO FORO**

**ANEXOS: A - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**B - MINUTA DE CONTRATO**

**C - FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

**D - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO À RESOLUÇÃO Nº 156 DO CNJ, DE 09/08/2012**

**E - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO À RESOLUÇÃO Nº 7 DO CNJ, DE 18/10/2005**

**F - PLANTAS**

**ESCLARECIMENTOS:** em até 3 dias úteis anteriores à abertura, pelo e-mail [licita@trtsp.jus.br](mailto:licita@trtsp.jus.br)



O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, mediante a utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo menor preço, que será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de julho de 2002, pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 e condições estabelecidas no presente **EDITAL** e em seus anexos, de acordo com o que consta no **Processo PROAD nº 12.494/2018 e Pregão Eletrônico nº 026/2018**.

## 1 - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente PREGÃO ELETRÔNICO é a contratação de empresa para elaboração de projeto executivo e caderno de encargos complementares com as especificações técnicas e planilha de materiais e serviços visando a modernização e adequação do sistema de ar condicionado à atual necessidade, do Fórum de Santos do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, localizado à Rua Brás Cubas, 158 – Santos/SP, bem como caso necessário, a adequação e aprovação do centro de medição junto à concessionária, conforme especificações contidas neste edital e em seus anexos.

1.2 - Os licitantes estarão sujeitos às penalidades do Título 12 pelo descumprimento de exigências editalícias, inclusive na fase de aceitação das propostas.

1.3 - Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no site Compras Governamentais e as especificações técnicas constantes deste edital, prevalecerão estas últimas.

## 2 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e de seus anexos, bem como as empresas que não possuem condenações cíveis por atos de improbidade administrativa e que não tenham sido consideradas inidôneas e suspensas, sendo verificado eventual descumprimento das vedações, em nome da sociedade empresarial licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário, mediante consulta ao:

2.1.1 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

2.1.2 - Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico [www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

2.1.3 – Cadastro das Empresas Inidôneas e Inabilitadas, mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU, no endereço eletrônico [portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneas](http://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneas).

2.2 - A participação das empresas nesta licitação corresponderá, automaticamente, à indicação de que não existem fatos impeditivos para sua habilitação e à ciência da obrigatoriedade de declarar, a qualquer tempo, quaisquer ocorrências supervenientes que as inabilitem.



2.3 - Caso o faturamento ultrapasse o máximo permitido como condição para utilização das prerrogativas dispostas na Lei Complementar nº 123/06, conforme subitem 16.11.1, o licitante será desclassificado e estará sujeito às penalidades dispostas no Título Das Sanções Administrativas.

### **3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

3.1 - Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados, junto ao órgão provedor do sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico no *site* <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone 0800-9789001 – COMPRASNET.

3.3 - O credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

3.4 - Para cadastrar-se no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, o interessado deverá preencher os formulários previstos na Instrução Normativa IN nº 02/10 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas alterações, e entregá-los, juntamente aos documentos solicitados, em uma das Unidades Cadastradoras – UASG.

3.5 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico (§ 6º do 3º do Decreto nº 5.450/2005).

3.6 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (§ 5º do artigo 3º do Decreto nº 5.450/2005).

3.6.1 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

### **4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

4.1 - Os licitantes credenciados deverão inserir suas propostas de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico – COMPRASNET, na tela reservada para este fim, denominada CADASTRAMENTO DE PROPOSTA, até a data e o horário limite definidos para abertura das propostas de preços.

4.2 - Como requisito para a participação neste Pregão Eletrônico, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento das condições contidas no edital e em seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

4.3 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros seus lances e sua proposta, conforme estabelece o inciso III do artigo 13 do Decreto nº 5.450/2005.



4.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme estabelece o inciso IV do artigo 13 do Decreto nº 5.450/2005.

4.5 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta sujeitará o licitante às sanções previstas, conforme disposto no parágrafo terceiro do artigo 21 do Decreto nº 5.450/2005.

4.6 - Nos valores propostos deverão estar todas as despesas incidentes sobre o objeto da licitação, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, contribuições sociais, encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais, despesas com transporte ou terceiros, seguros, quaisquer taxas e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital, bem como quaisquer vantagens ou lucro a ser obtido pela empresa.

#### **5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

5.1 - A partir das 11h30min do dia 18/05/2018 terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico nº 026/2018**, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas de acordo com o Decreto nº 5.450/2005.

#### **6 - DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

6.1 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3 - Só serão aceitos os lances em reais cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido ofertado pelo mesmo licitante e registrado pelo sistema.

6.4 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

6.5 - No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.5.1 - O(A) Pregoeiro(a), quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5.2 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do(a) Pregoeiro(a) aos participantes, na forma do estabelecido no artigo 24, § 11, do Decreto nº 5.450/05.



6.6 - A sessão do Pregão terá início após a análise das propostas e da confirmação de abertura, no sistema eletrônico, pelo(a) Pregoeiro(a). A etapa de lances será encerrada por decisão do(a) Pregoeiro(a), mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

## 7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 - O critério para o julgamento das propostas será o de menor preço global.

7.2 - Após o encerramento da etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade do lance de MENOR PREÇO GLOBAL, quanto ao objeto e ao valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.3 - O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

7.4 - O licitante melhor colocado deverá enviar, via Sistema Comprasnet – por meio da funcionalidade “convocar anexos”, no prazo de **2 (duas) horas**, sua proposta com o valor final praticado na sessão de lances em conformidade com o Anexo C do edital, assinada pelo representante da empresa, contadas da solicitação feita pelo(a) Pregoeiro(a), no chat de mensagens e/ou por e-mail, sob pena de desclassificação e incidência das penalidades previstas no Título 12 deste edital.

7.4.1 - Juntamente à proposta, deverão ser anexadas:

7.4.1.1 - Declaração de Cumprimento à Resolução nº 156 do Conselho Nacional de Justiça, de 09/08/2012 (Anexo D), tendo em vista o disposto no item 16.13.

7.4.1.2 - Declaração, na forma do Anexo E, de cumprimento à Resolução nº 7 do CNJ, de 18/10/2005.

7.4.2 - Comprovada a impossibilidade de envio por meio da ferramenta "convocar anexo" do Comprasnet, a critério do(a) Pregoeiro(a), poderá ser utilizado, para encaminhamento de documentos, o endereço eletrônico [licita@trtsp.jus.br](mailto:licita@trtsp.jus.br).

7.5 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7.5.1 - Neste caso, a empresa de melhor lance deverá anexar **em até 2 (duas) horas, contadas do pedido do(a) pregoeiro(a)**, a proposta de acordo com o item 7.4 e toda a documentação disposta em seus subitens.

7.6 - Nas situações previstas nos itens 7.2 e 7.5, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com o licitante, para que seja obtido preço melhor.

7.6.1 - A pedido do(a) Pregoeiro(a), o licitante vencedor deverá readequar sua proposta para que os valores unitários e totais possam ser expressos com duas casas decimais e em conformidade com o lance vencedor.



7.7 - Serão desclassificadas as propostas que não estiverem de acordo com as condições previstas neste Pregão Eletrônico, bem como aquelas que se manifestarem inexequíveis, nos termos do artigo 48 da Lei nº 8.666/93.

7.8 - Durante o período de análise das propostas só serão permitidos questionamentos pelo *e-mail* [licita@trtsp.jus.br](mailto:licita@trtsp.jus.br).

7.9 - O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados da data em que a proposta for anexada no Comprasnet.

## 8 - DA HABILITAÇÃO

8.1 - Após a aceitação de sua proposta, o licitante deverá enviar sua documentação de habilitação, via Sistema Comprasnet – por meio da funcionalidade “convocar anexos”, no prazo de **2 (duas) horas**, contadas da solicitação do(a) Pregoeiro(a), no chat de mensagens e/ou por e-mail, sob pena de inabilitação e incidência das penalidades previstas no Título 12 deste edital. Será habilitada a empresa que:

8.1.1 - Possuir declaração de situação emitida pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF constando NÍVEIS VALIDADOS I, II, III, IV, e seus respectivos DOCUMENTOS COM PRAZOS VIGENTES.

8.1.1.1 - O(A) Pregoeiro(a) realizará consulta *online* nos sítios eletrônicos correspondentes quando verificado que os níveis I, II, III ou IV encontram-se vencidos no SICAF, a fim de validá-lo. Caso a validação eletrônica não seja possível, o licitante deverá encaminhar o documento original ou cópia autenticada no prazo previsto no subitem 8.3 deste edital.

8.1.2 - Não constar do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

8.1.3 - Firmar declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema eletrônico, em que declare, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

8.1.4 - Apresentar certidão de registro de pessoa jurídica no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, constando:

8.1.4.1 - Responsável técnico profissional legalmente habilitado de acordo com o CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

8.1.4.2 - Ramo de atuação compatível com o objeto desta licitação.

8.1.5 - Apresentar declaração de que, na data da assinatura do contrato, apresentará profissionais habilitados em Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica, do quadro de funcionários ou contratados, registrados no CREA.

8.1.5.1 - O mesmo profissional, habilitado em engenharia elétrica, poderá ser indicado para os Projetos de Elétrica e da Entrada de Energia e para a função de Coordenador do “Projeto de Adequação do Centro de Medição”.



8.1.5.2 - O mesmo profissional, habilitado em engenharia mecânica, poderá ser indicado como responsável pelo Projeto de Ar Condicionado e para a função de Coordenador do “Projeto do Sistema de Climatização”.

**8.1.6 - Apresentar:**

8.1.6.1 - Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado e as correspondentes Certidões de Acervo Técnico emitidas pelo CREA, comprovando que o responsável técnico prestou serviços de elaboração de projeto de sistema de ar-condicionado tipo mini split com capacidade de no mínimo 100 TR. (Metade do valor estimado para carga térmica total do prédio.

8.1.6.2 - Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado e as correspondentes Certidões de Acervo Técnico emitidas pelo CREA, que comprovem que o responsável técnico prestou serviços de elaboração de projeto de entrada de energia em rede de distribuição primária com instalação de subestação com potência instalada de no mínimo 300 kVA.

8.1.6.2.1 - Os atestados deverão estar em nome do responsável técnico pela empresa ou no de profissional qualificado e habilitado, que será o responsável técnico pelo projeto objeto deste edital, conforme legislação CREA/CONFEA, que comprove vínculo com a empresa, entendendo-se como tal, para fins desta licitação.

- O sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;
- O administrador ou o diretor, ou empregado, devidamente registrado em Carteira do Trabalho e Previdência Social;
- O prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor da licitação.

8.1.6.2.2 - Caso o responsável técnico não pertença ao seu quadro permanente, a licitante deverá apresentar declaração formal por ele assinada, para comprovar a sua disponibilidade para a execução dos serviços objeto desta licitação.

8.1.6.2.3 - Não será aceito somatório de atestados.

**8.1.7 - Apresentar Declaração de Conhecimento, para a perfeita execução do objeto, na forma do Anexo A.I. A vistoria é facultativa e poderá ser realizada conforme disciplinado abaixo:**

8.1.7.1 - Em dias úteis, entre 11h e 18h, sendo acompanhada pela Segurança do prédio.

8.1.7.2 - Marcar data e horário junto à Coordenadoria de Infraestrutura Predial, através do e-mail [infraestrutura@trtsp.jus.br](mailto:infraestrutura@trtsp.jus.br), informando o nome e RG do representante da empresa que fará a vistoria.

8.1.7.3 - O horário de funcionamento do Tribunal é de segunda a sexta-feira, das 10:00 às 19:00 horas.

8.1.7.4 - A data limite para vistoria será até às 18:00 horas do 2º dia útil que antecede a data da sessão pública.





8.2 - Quanto ao cumprimento aos dispostos nos subitens 8.1.1 a 8.1.3, a habilitação do licitante vencedor será verificada *online*.

8.3 - Qualquer documentação emitida por terceiros deverá ser encaminhada imediatamente após solicitação do(a) Pregoeiro(a), via sistema Comprasnet – por meio da funcionalidade “convocar anexos”, com encaminhamento do original ou da cópia autenticada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis para o endereço abaixo:

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**  
**"PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2018" - DOCUMENTAÇÃO**  
**AVENIDA MARQUÊS DE SÃO VICENTE Nº 121 - BLOCO A - 7º ANDAR**  
**BARRA FUNDA - SÃO PAULO/SP - CEP: 01139-001**

8.4 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento, em substituição aos requeridos neste edital e em seus anexos.

8.5 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o licitante vencedor.

8.6 - Da sessão pública do Pregão, divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas ao certame licitatório, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no inciso XII do artigo 30 do Decreto nº 5.450/2005.

8.7 - O licitante deverá manter a situação apresentada, quando de sua habilitação, até o término da contratação, sujeitando-se às sanções correspondentes.

#### **9 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

9.1 - Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório de Pregão, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [licita@trtsp.jus.br](mailto:licita@trtsp.jus.br), aos cuidados do(a) Pregoeiro(a).

9.2 - Caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela Seção responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

9.3 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **10 - DOS RECURSOS**

10.1 - É admissível a manifestação de intenção de interposição de recurso contra alguma decisão do(a) Pregoeiro(a), durante a sessão pública, realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, devendo o licitante registrar os motivos de sua manifestação no campo denominado REGISTRAR RECURSO.

10.1.1 - Não será aceita intenção de recurso ou manifestação de recurso fora do sistema Comprasnet.

10.2 - Após o encerramento da sessão pública, será concedido ao licitante que manifestou a intenção de interpor recurso o prazo de 3 (três) dias para apresentação das correspondentes razões, ficando os demais





licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.3 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo(a) Pregoeiro(a) ao vencedor.

10.5 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Coordenadoria de Compras e Licitações, localizada na Avenida Marquês de São Vicente nº 121, Bloco A, 7º Andar, Barra Funda, São Paulo/SP, Telefone (11) 3150-2000 ramal 2804.

### **11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

11.1 - A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo(a) Pregoeiro(a) sempre que não houver recurso (inciso IX do artigo 11 do Decreto nº 5.450/05).

11.2 - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo(a) Pregoeiro(a) ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente (inciso V do artigo 8º e artigo 27 do Decreto nº 5.450/05).

### **12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 - Mediante procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, os licitantes estarão sujeitos à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União e serão descredenciados no SICAF por até 5 (cinco) anos, quando:

12.1.1 - Na fase de aceitação das propostas, após convocação, deixarem de enviar a proposta, quaisquer documentos comprobatórios das exigências editalícias;

12.1.2 - Comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude;

12.1.3 - Não apresentarem quaisquer documentos imprescindíveis à assinatura do contrato ou não assinarem o contrato.

12.2 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atrasos na execução e quaisquer outras irregularidades não justificadas, serão aplicadas as sanções administrativas nos termos da minuta de contrato anexa ao presente edital.

12.3 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.

### **13 - DO CONTRATO**

13.1 - Após a homologação da licitação, o licitante será convocado por escrito para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, entregar os documentos (original ou cópia autenticada) abaixo descritos:

13.1.1 - Apresentação dos profissionais habilitados em Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica, do quadro de funcionários ou contratados, registrados no CREA, entregando preenchidos os Anexos A.II – Termo de Indicação dos Integrantes da Equipe Técnica e A.III – Declaração Individual de Aceitação da Responsabilidade Técnica.



13.1.2 - A não apresentação dos documentos acima elencados, além de obstar a assinatura do contrato, acarretará as consequências previstas no artigo 64 da Lei 8.666/93.

13.2 - Após a entrega dos documentos acima dispostos, o licitante será convocado por escrito para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, retirar e devolver o instrumento contratual devidamente assinado por representante legal da empresa, com firma reconhecida em Cartório, na forma da minuta apresentada anexa a este edital, adaptada à proposta vencedora.

13.2.1 - A pessoa autorizada pelo adjudicatário a proceder à assinatura do contrato deverá obrigatoriamente apresentar, no ato, cópia do Contrato Social. Caso o representante não seja sócio administrador ou proprietário, deverá apresentar, também, a procuração outorgada pela empresa.

13.2.2 - O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

13.2.3 - Deverá ser apresentada Declaração assinada pelo responsável da empresa, que irá representá-la durante a execução contratual, pelo preposto e seu substituto, e com seus respectivos contatos (telefone, e-mail, endereço), conforme Anexo A.IV.

13.3 - Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante sua vigência.

13.4 - Incumbirá ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região providenciar a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

#### **14 - DO PAGAMENTO**

14.1 - O pagamento será efetuado nos termos da minuta de contrato anexa ao presente edital.

#### **15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados a este Regional na Lei Orçamentária nº 13.587, de 02/01/2018, publicada no D.O.U. em 03/01/2018, conforme Programa de Trabalho 15.103.02.122.0571.4256.0035, natureza de despesa 3.3.9.0.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

#### **16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1 - As empresas participantes deverão manter atualizados seu endereço, *e-mail* e número telefônico junto ao SICAF, a partir da data definida para sessão de abertura das propostas de preços. A impossibilidade de contato sujeitará a empresa às penalidades constantes no Título 12.

16.2 - Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF, e dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

16.3 - A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.



16.4 - Toda comunicação oficial ocorrerá, preferencialmente por *e-mail* ou por publicação, nos termos da legislação.

16.5 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao procedimento licitatório deverão ser enviados em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico no endereço [licita@trtsp.jus.br](mailto:licita@trtsp.jus.br), aos cuidados do(a) Pregoeiro(a).

16.6 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da adjudicação.

16.7 - É facultado ao(à) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo, desde a realização da sessão pública.

16.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e em seus anexos, excluir-se-á o dia do início e se incluirá o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

16.9 - A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.10 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

16.11 - Aplicar-se-ão durante a realização do certame, até a identificação do licitante vencedor, as disposições contidas nos artigos 42 a 45 e 3º a 5º, respectivamente, da Lei Complementar nº 123/06 e do Decreto nº 6.204/07.

16.11.1 - Caso o licitante tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme artigo 44, da Lei Complementar nº 123/2006, será verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, se o somatório de ordens bancárias recebidas pelo licitante, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data em que a proposta for anexada no Comprasnet, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme artigo 3º da mencionada Lei Complementar.

16.12 - A empresa deverá atentar para a Resolução nº 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça e suas alterações.

16.13 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição deste contratante para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 156 do Conselho Nacional de Justiça, publicada no DJ-e em 09/08/2012.

16.14 - Havendo discrepância entre disposições do edital e de seus anexos, quanto à disciplina de situações idênticas, prevalecerão as do edital. Caso a discrepância ocorra entre os anexos, prevalecerá o que dispõe o contrato.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Coordenadoria de Compras e Licitações**  
**Seção de Licitações**

**Pregão Eletrônico nº 026/2018**

**17 - DO FORO**

17.1 - O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o da Justiça Federal, na Seção Judiciária de São Paulo, com exclusão de qualquer outro.

São Paulo, 04 de maio de 2018.

**Aquiles José Malvezzi**

Diretor da Secretaria de Processamento e  
Acompanhamento de Contratos e Licitações



## **ANEXO A**

### **ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

#### **1. OBJETO**

Contratação de empresa para elaboração de projeto executivo e caderno de encargos complementares com as especificações técnicas e planilha de materiais e serviços visando a modernização e adequação do sistema de ar condicionado à atual necessidade, do Fórum de Santos do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, localizado à Rua Brás Cubas, 158 – Santos/SP, bem como caso necessário, a adequação e aprovação do centro de medição junto à concessionária.

#### **2. APRESENTAÇÃO**

A presente Especificação Técnica tem por objetivo detalhar os elementos necessários à contratação de projeto executivo e caderno de encargos complementares com as especificações técnicas e planilha de materiais e serviços visando:

- a adequação do sistema split (mini ou multi) de climatização de ar-condicionado do Fórum de Santos, para a atual demanda de carga térmica e renovação de ar, com as respectivas instalações elétricas necessárias;
- a adequação do centro de medição do Fórum de Santos para instalação do novo sistema de climatização.

A CONTRATADA deverá apresentar os seguintes Projetos Executivos, com o detalhamento das instalações a serem executadas, e os respectivos cadernos de encargos que deverão conter todas as especificações, planilha de materiais e serviços com respectivos orçamentos, para posterior contratação dos serviços de execução da obra através de processo licitatório:

- Projeto Executivo do Sistema de Climatização;
- Projeto Executivo Elétrico para alimentação do Sistema de Climatização;
- Projeto Executivo Elétrico de Adequação do Centro de Medição;

A CONTRATADA deverá solicitar o acréscimo de carga junto à concessionária, sendo responsável pelo projeto respectivo e pelos trâmites até a aprovação do mesmo.

#### **3. CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS LICITADOS**

- 3.1. Os Projetos Executivos serão desenvolvidos nas escalas 1:50 ou 1:100, ou no caso do Projeto da Entrada de Energia, em conformidade com as normas da concessionária.
- 3.1. As planilhas com os quantitativos de materiais e serviços deverão conter os preços analíticos atrelados à mediana do SINAPI.
- 3.2. Caso as tabelas do SINAPI não contemplem o material ou serviço, poderá ser utilizado o Boletim Referencial de Custos emitido pela CPOS – Companhia Paulista de Obras e Serviços, Tabelas PINI ou pesquisa de mercado. No caso de se utilizar pesquisa de mercado, deverá ser apresentado memorial indicando os preços obtidos para cálculo da mediana.



3.1. Em todos os casos deverá ser indicado a fonte utilizada como referência do custo.

#### **4. PROJETO EXECUTIVO DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO**

##### **4.1. Objetivo**

4.1.1. Elaboração de projeto executivo para instalação de sistema de refrigeração tipo split (mini e multi) e de renovação de ar no Fórum de Santos do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

##### **4.2. Normas Gerais**

4.2.1. Os cálculos e especificações deverão atender às determinações da NBR 16401-1,2 e 3 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas; a Resolução RE nº 09/2003 da ANVISA e às recomendações da ASHRAE para conforto térmico e qualidade do ar interior.

4.2.2. O projeto deverá atender o Protocolo de Kyoto com aplicação de gases que não afetam a camada de Ozônio e itens 5.1.4 e 5.3.4 do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho.

##### **4.3. Características Gerais do Projeto**

4.3.1. O objeto deste projeto abrange a climatização do térreo ao 3º andar, exceto sanitários e casas de máquinas do elevador.

4.3.2. O sistema de ar-condicionado a ser projetado será do tipo split (mini e multi).

4.3.3. O projeto deverá considerar o funcionamento normal do Fórum, com interferência mínima nas rotinas diárias do Tribunal durante a sua execução.

4.3.4. O projeto deverá prever a substituição do sistema de refrigeração atual e deverá considerar o custo da remoção e da entrega dos equipamentos retirados e da sucata do sistema existente.

4.3.5. O projeto deverá considerar a localização das luminárias existentes, sem deslocamento das mesmas.

4.3.6. O projeto do sistema de ar-condicionado deverá conter:

- Plantas indicando a localização dos principais componentes do sistema;
- Planta baixa de cada nível do edifício e cortes, com as seguintes indicações, dentre outras:
  - a) Dutos de insuflamento de renovação de ar;
  - b) Comprimentos e dimensões, com elevações de cada tipo de material utilizado nos ambientes;
  - c) Localização do novo quadro elétrico do sistema de ar condicionado;
  - d) Localização dos equipamentos e aberturas para tomadas de ar;
  - e) Pontos de consumo;
  - f) Interligações elétricas, comando e sinalização;



- g) Planta baixa com marcação de dutos e equipamentos fixos (unidades condensadoras e evaporadoras);
- h) Especificações dos materiais e equipamentos;
- i) Memorial com cálculo de carga térmica;
- j) Memorial com cálculo do dimensionamento dos equipamentos.

#### 4.4. Parâmetros mínimos a serem considerados no projeto

Para o cálculo da carga térmica deverão ser considerados no mínimo os seguintes parâmetros:

- 4.4.1. Base de cálculo para o mês de fevereiro no horário das 15h00;
- 4.4.2. Latitude 23,96S; Longitude 46,33 W; altitude 09 m;
- 4.4.3. Fachada da frente e do fundo em vidro, sendo que a frente do prédio tem face sudeste;
- 4.4.4. Teto e piso considerar em concreto, com pé direito a ser verificado in loco;
- 4.4.5. TBS 33,0º C; TBU 27º C;
- 4.4.6. As condições de ocupação deverão ser consideradas conforme plantas anexas, sendo que para os corredores e salas de espera para o térreo 25 pessoas; para o 1º andar sala de espera da 1ªVT – 25 pessoas, da 2ª e 3ªVTs – 40 pessoas; para o 2º andar sala de espera da 4ªVt – 40 pessoas, das 5ª, 6ª e 7ªVTs – 90 pessoas; e para as salas do pavimento térreo, dos arquivos, da 1ª até a 5ªVT deverá ser considerada a ocupação de 6m²/pessoa; com as respectivas cargas térmicas, em conformidade com a NBR 16401-1 anexo C1;
- 4.4.7. Para o cálculo da carga térmica, deverão ser consideradas as seguintes informações:
  - 01 (um) computador com 02 (dois) monitores grandes/pessoa/mesa;
  - 01 (uma) multifuncional por ambiente de escritório e;
  - Levantamento da quantidade de lâmpadas por ambiente (fluorescentes de 32 W).
  - Variação de carga térmica máxima instalada: 160 TR a 300 TR.
  - acréscimo de aparelhos no pavimento térreo para as áreas dos arquivos, considerando a ocupação acima, de um aparelho para sala do estabilizador, e aparelhos nos demais pavimentos para as salas dos assistentes dos juízes.
- 4.4.8. Para o cálculo do volume de ar de renovação, deverá ser considerada no mínimo a taxa de 27 m³/hora/pessoa, conforme a resolução RE nº 09/2003 da ANVISA;
- 4.4.9. Deverão ser usados filtros classe G1 para captação do ar externo e filtro do fabricante nos condicionadores do sistema, para garantir o grau de pureza do ar, conforme a resolução RE nº 09/2003 da ANVISA;
- 4.4.10. A distribuição do ar na ZO (zona ocupada – 1,80 m de altura) deverá ser uniforme, devendo para isso, ser estudado o modelo das evaporadoras dos equipamentos a serem utilizados no sistema, bem como suas localizações, de acordo com o layout do Fórum, e com velocidade do ar não superior a 0,2 m/s;
- 4.4.11. Os valores de umidade relativa do ar deverão estar entre 40% e 65%, satisfazendo as condições internas de verão;





4.4.12. O nível de ruído, proveniente do sistema de ar-condicionado, deverá ficar abaixo de 55 dba conforme ABNT – NB 95.

#### 4.5. PROJETO EXECUTIVO DE ELÉTRICA – CLIMATIZAÇÃO

- 4.5.1. O projeto deverá abranger toda a parte elétrica necessária para a alimentação do sistema de climatização, desde a saída do quadro geral do prédio.
- 4.5.2. Deverá ser instalado um novo quadro geral de alimentação para todos os aparelhos do novo sistema de climatização, localizado no último pavimento superior do prédio.
- 4.5.3. O projeto executivo de elétrica da climatização deverá ainda incluir:
- 4.5.3.1. A prumada necessária para a interligação do quadro elétrico do sistema de climatização, a partir do quadro geral de alimentação;
  - 4.5.3.2. As especificações dos transformadores e estabilizadores de tensão, se aplicáveis;
  - 4.5.3.3. Diagramas unifilares;
  - 4.5.3.4. Especificação dos componentes dos quadros elétricos;
  - 4.5.3.5. Planta com detalhamento da infraestrutura e cabeamento elétrico;
  - 4.5.3.6. Esquemas de ligação dos equipamentos;
  - 4.5.3.7. Sistemas de aterramento;
  - 4.5.3.8. Indicação de detalhamentos de montagens, tubulações, fixações e outros elementos necessários à compreensão da execução;
  - 4.5.3.9. Elaboração de memorial descritivo de obra e relatório de especificações técnicas (com marcas de referência) de materiais e serviços, incluindo quantitativos;
  - 4.5.3.10. Elaboração de Planilha de Custos de Materiais e Serviços.

### 5. ENTRADA DE ENERGIA

#### 5.1. DESCRIÇÃO DA ENTRADA DE ENERGIA EXISTENTE

O Fórum Trabalhista de Santos está localizado no seguinte endereço: Rua Brás Cubas, 158 – Santos-SP – CEP: 11.013-915.

O fornecimento de energia elétrica do Fórum Trabalhista de Santos é realizado pela concessionária CPFL – Companhia Piratininga de Força e Luz através da instalação de nº 2036299584.

O último projeto de alteração de carga foi aprovado em 2006, considerando as cargas da tabela a seguir:

Carga	Potência (kW)	Potência Aparente (kVA)	Demanda Estimada (kVA)
Iluminação e Tomadas	144,33	165,95	122,2
Aparelhos de Aquecimento	18,8	18,8	14,4
Motores Elétricos	21,52	28,12	25,1
Condicionadores de Ar	160,0	168,4	138,1
<b>Total</b>	<b>344,65</b>	<b>381,27</b>	<b>299,8</b>



Foi prevista a instalação de um banco de capacitor trifásico de 18 kVAR na BT do transformador, resultando em uma demanda prevista de 275,80 kW. Salienta-se que o banco de capacitor não foi instalado.

A instalação atual possui as seguintes características:

- Atendimento por rede subterrânea de distribuição em tensão primária de 13,2 kV;
- Transformador a seco com capacidade de 300 kVA;
- Cabine blindada abrigada;
- Botoeira para religue em caso de desligamento da cabine;
- Centro de medição e cabine primária localizados no pavimento térreo;
- Quadro geral de baixa tensão localizado no pavimento térreo, em ambiente diferente do centro de medição, com disjuntor geral com capacidade nominal de até 1.250A.

## **5.2. SITUAÇÃO PRETENDIDA PARA O CENTRO DE MEDIÇÃO**

Após a elaboração dos Projetos do Novo Sistema de Climatização e de suas Instalações Elétricas, deverá ser determinada a carga necessária para sua alimentação. Após a definição deste valor, deverá ser elaborado o Projeto de Adequação do Centro de Medição, em conformidade com as normas da concessionária.

Para atendimento do acréscimo necessário de carga, o fornecimento de energia elétrica ao Fórum Trabalhista de Santos deverá ser realizado em tensão primária de distribuição.

O projeto elétrico executivo de adequação do centro de medição deverá conter em detalhes:

- As especificações do ramal de entrada;
- O percurso e a infraestrutura necessária para instalação do ramal de entrada;
- Informações dos transformadores, com diagramas unifilares, características construtivas, bitola dos condutores, capacidade e impedância dos transformadores e respectivas proteções;
- Especificações e detalhamento dos sistemas de entrada, trafo auxiliar (se houver), medição, proteção e saída de baixa tensão;
- Botoeira para religue da cabine;
- Cabeamento e infraestrutura para alimentação do Quadro Geral de Baixa Tensão, se necessário;
- Diagrama unifilar da entrada consumidora, com a indicação e respectivas especificações dos circuitos de controle e proteção;
- Memorial de ajuste da proteção geral, incluindo, no caso de proteção por disjuntor e relé, do estudo de coordenação da proteção geral com a proteção a montante, da CONCESSIONÁRIA;
- Memorial do cálculo do eletrodo de aterramento;
- Memorial descritivo do projeto;
- Memorial de cálculo de demanda.

As especificações constantes do projeto deverão ser suficientes para a posterior execução dos serviços de adequação da nova entrada de energia, em conformidade com as normas da concessionária



CPFL Piratininga e em conformidade com as normas ABNT NBR 5410 e 14.039. As informações constantes do projeto deverão ainda ser suficientes para a aquisição dos equipamentos necessários.

Eventuais mudanças necessárias na área atualmente utilizada pela cabine primária, centro de medição e quadros de distribuição deverão ser definidas em conjunto com a CIP – Coordenadoria de Infraestrutura Predial. Caso necessário, o projeto deverá contemplar todas as alterações necessárias na edificação para a execução das obras civis necessárias relativas à instalação da subestação de energia elétrica, tais como demolições, paredes, lajes, linhas de dutos, fundações, etc.

### **5.3. PROJETO DA ENTRADA DE ENERGIA**

- 5.3.1. O projeto de entrada de energia deverá ser elaborado em conformidade com os atos normativos da concessionária local, bem como orientações e instruções adicionais emanadas pela fiscalização.
- 5.3.2. A CONTRATADA será responsável pela protocolização e pelo acompanhamento da tramitação do projeto na concessionária de energia elétrica, até a aprovação final do projeto, excetuando-se a responsabilidade pelo pagamento de qualquer taxa, o que será feito pela CONTRATANTE.
- 5.3.3. A CONTRATADA deverá solicitar à concessionária o Estudo de Rede com os custos de eventuais adequações necessárias na rede.

### **5.4. PROJETO EXECUTIVO ELÉTRICO DE ADEQUAÇÃO DO CENTRO DE MEDIÇÃO**

O Projeto Executivo Elétrico deverá compreender todas as informações e detalhamentos para o perfeito entendimento da execução da obra, devendo ser apresentado da seguinte forma:

- 5.4.1. Detalhamento do projeto de entrada de energia, com relação de montagem.
- 5.4.2. Especificação da cabine primária indicando tensão de fornecimento, quantidade de condutores do ramal de entrada, quantidade de eletrodutos, nível de curto-circuito, a capacidade e ajustes de correntes dos disjuntores de entrada e saída e suas respectivas identificações, fusíveis limitadores e dimensionamento e correntes dos barramentos principal, de interligação e derivação. Também deverão ser apresentadas vistas frontais internas, externas e cortes transversal e longitudinal da cabine, que possibilitem a visualização dos disjuntores de entrada e saída, fixação dos barramentos e transformadores de corrente e a disposição das barras e isoladores.
- 5.4.3. Diagramas unifilares.
- 5.4.4. Sistemas de aterramento.
- 5.4.5. Indicação de detalhamentos de montagens, tubulações, fixações e outros elementos necessários à compreensão da execução.
- 5.4.6. Elaboração de memorial descritivo de obra e relatório de especificações técnicas (com marcas de referência) de materiais e serviços, incluindo quantitativos.
- 5.4.7. Elaboração de Planilha de Custos de Materiais e Serviços.



- 5.4.8. A planilha de custos deverá prever a manobra da entrada existente para a nova entrada, com os custos da mão de obra e eventuais materiais necessários, bem como a especificação do gerador e respectivo custo de locação, se necessário, para manter a alimentação do prédio durante a preparação da nova entrada de energia.

## **5.5. DA EXECUÇÃO DOS PROJETOS**

O objeto contratado, ou seja, o desenvolvimento dos projetos executivos do Centro de Medição e de climatização e elaboração dos respectivos cadernos de encargos deverão percorrer as seguintes etapas:

- 5.5.1. Visita Técnica Inicial ao local da obra pelo(s) Responsável(is) Técnico(s) da obra indicado(s) pela licitante vencedora, em conjunto com servidor da CIP – Coordenadoria de Infraestrutura Predial do TRT da 2ª Região.
- 5.5.2. No prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da visita técnica inicial, a licitante vencedora apresentará em reunião com os servidores da CIP – Coordenadoria de Infraestrutura Predial, os estudos preliminares ou anteprojeto do sistema de climatização, acompanhado de documentos físicos (pranchas).
- 5.5.3. No caso de não haver aprovação pelos representantes da CIP, deverá ser apresentada nova proposta no prazo de 03 (três) dias úteis.
- 5.5.4. No prazo de 07 (sete) dias úteis após a aprovação do anteprojeto do sistema de climatização, a licitante vencedora apresentará em reunião com os servidores da CIP - Coordenadoria de Infraestrutura Predial, os estudos preliminares ou anteprojeto das adequações necessárias para o centro de medição, acompanhado de documentos físicos (pranchas).
- 5.5.5. No caso de não haver aprovação pelos representantes da CIP, deverá ser apresentado nova proposta do projeto para centro de medição 03 (três) dias úteis.
- 5.5.6. Sendo aprovado o anteprojeto, na íntegra ou com as alterações propostas pelos representantes da CIP, a licitante vencedora deverá providenciar o projeto de acréscimo de carga junto à concessionária de energia, devendo o mesmo ser protocolado na concessionária no prazo de 03 (três) dias úteis a partir da aprovação do anteprojeto.
- 5.5.7. A tramitação do projeto junto à concessionária deverá ser informada à Coordenadoria de Infraestrutura Predial, que deverá receber cópias de todos os documentos protocolados e notificações da concessionária. Caso seja necessário alterações no anteprojeto inicial para atender exigência da concessionária, estas deverão ser aprovadas pela Coordenadoria de Infraestrutura Predial, nos prazos definidos nos itens 5.5.4 e 5.5.5.
- 5.5.8. Após a aprovação do projeto de acréscimo de carga e do novo centro de medição, a licitante vencedora deverá providenciar a entrega dos projetos executivos e respectivos cadernos de encargos no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data de comunicação da aprovação pela concessionária.



- 5.5.9. Todas estas etapas deverão ser formalizadas através de atas assinadas pelas duas partes, com cópia para o protocolado.
- 5.5.10. Os Projetos Executivos de Elétrica e Climatização somente serão recebidos se composto no mínimo dos seguintes documentos:
- 5.5.11. 02 (duas) cópias impressas e assinadas pelos profissionais responsáveis e mais (01) cópia digital em CD de todos os elementos com os desenhos em arquivos abertos tipo “dwg” e “pdf”, compatíveis com o Autocad 2000, textos em arquivos abertos compatíveis com o Microsoft Office, ambos etiquetados com identificação dos arquivos e assinados pelo profissional responsável. Toda a documentação final deverá ser apresentada obedecendo às normas da ABNT pertinentes ao tipo de projeto, com carimbos de identificação do Responsável Técnico.
- 5.5.12. Tantas pranchas quantas forem necessárias para que se torne viável a completa visualização da obra e de todos os seus elementos componentes, bem como as demolições necessárias.
- 5.5.13. Memoriais descritivos da obra indicando materiais e serviços que a caracterizem e, inclusive, as demolições eventualmente necessárias.
- 5.5.14. Toda a memória do projeto indicando detalhadamente:
- As hipóteses adotadas e a motivação da adoção dessas hipóteses;
  - As normas incidentes;
  - Os métodos adotados;
  - Os softwares utilizados.
- 5.5.15. Planilhas de quantitativos e preços:
- Quantitativos separados por etapas da obra e respectivos subtotais, incluindo as demolições eventualmente necessárias;
  - Quantitativos totalizados da obra.
  - Obs: os preços deverão se basear, quando possível, na planilha de preços do SINAPI ou do boletim referencial de custos do CPOS.
- 5.5.16. Na entrega do pré-projeto, deverá ser fornecido cronograma físico-financeiro da execução da obra, a partir dos parâmetros fornecidos pelo Tribunal.
- 5.5.17. As ARTs dos profissionais responsáveis pela elaboração dos Projetos Executivos de Elétrica e Climatização, com a respectiva comprovação de recolhimento bancário.
- 5.5.18. O jogo de plantas referente ao Projeto da Entrada de Energia deverá estar aprovado junto à concessionária CPFL Piratininga e deverá conter a relação de materiais e especificações técnicas complementares, bem como o memorial de cálculo.
- 5.5.19. Deverão ser obedecidas:
- Normas da ABNT aplicáveis;
  - Legislação pertinente ao fim a que se destina a obra;
  - Código de Obras da Prefeitura Municipal de Santos em vigor;
  - Regulamentos e Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo;



- Normas da concessionária de energia elétrica.
- 5.5.20. Aos serviços objetos desta contratação deverão ser aplicados os incisos IX e X do Art. 6º da Lei 8.666/93, devendo ser apresentados todos os elementos neles relacionados.
- 5.5.21. A entrega dos projetos deverá ser formalizada durante reunião marcada com esta finalidade, na qual deverá ser elaborada ata com menção do recebimento provisório do serviço.
- 5.5.22. No prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório dos projetos, mediante a confirmação da regularidade dos projetos executados conforme as disposições contratuais, será efetuado o recebimento definitivo com a emissão do Termo de Recebimento de projetos.
- 5.5.23. Emitido o Termo de Recebimento, o serviço será encaminhado para pagamento.
- 5.5.24. O recebimento do projeto por parte da CIP – Coordenadoria de Infraestrutura Predial não transfere a responsabilidade técnica e nem libera da obrigação pelas revisões decorrentes de falhas dos Projetos de Elétrica, interferências de concessionárias de serviços públicos e problemas verificados durante o orçamento ou durante a obra. A licitante vencedora, então contratada e responsável técnica pelo projeto, respondem solidariamente administrativa, cível e penalmente pelos prejuízos causados por falhas no projeto ou pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos.
- 5.5.25. Os pagamentos serão realizados da seguinte forma:
- A) Pagamento do projeto de climatização:
- 1º pagamento será realizado após a aprovação do anteprojeto do sistema de climatização pela CIP, no valor de 20% do valor referente ao projeto do sistema de climatização;
  - 2º pagamento será realizado após a aprovação pela CIP do projeto executivo e respectivos cadernos de encargos após terem sido aprovados pela concessionária, no valor de 60% do valor referente ao projeto do sistema de climatização;
  - 3º pagamento será realizado após o suporte necessário que os profissionais realizarão durante a execução da obra prevista em 8 (oito) meses, no valor de 20% do valor referente ao projeto do sistema de climatização.
- B) Pagamento do projeto do Centro de Medição:
- 1º pagamento será realizado após a aprovação do anteprojeto do centro de medição pela CIP, no valor de 10% do valor referente ao projeto do centro de medição;
  - 2º pagamento após a apresentação do protocolo do projeto de acréscimo de carga junto à concessionária de energia, no valor de 10% do valor referente ao projeto do centro de medição;
  - 3º pagamento será realizado após a aprovação pela CIP do projeto executivo e respectivos cadernos de encargos após terem sido aprovados pela concessionária, no valor de 60% do valor referente ao projeto do centro de medição;



- 4º pagamento será realizado após o suporte necessário que os profissionais realizarão durante a execução da obra prevista em 3 (três) meses, no valor de 20% do valor referente ao projeto do centro de medição.

## **5.6. DO ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS**

- 5.6.1. Remanescerá, porém, a obrigação da Contratada de alterar os Projetos no que for apontado como ausência de detalhe ou informação incompleta, em função de viabilizar a elaboração definitiva do orçamento básico, inclusive com a emissão da nova documentação física de revisão, devidamente assinada, e com o fornecimento dos arquivos eletrônicos revistos.
- 5.6.2. O profissional responsável pelo Projeto de Elétrica e da Climatização deverá manter-se à disposição e em estreito relacionamento com os profissionais responsáveis pelos demais projetos, que comporão o conjunto de elementos necessários e suficientes à completa execução da obra.
- 5.6.3. Os profissionais responsáveis pelos projetos deverão dar o suporte necessário durante a execução da obra de Adequação do Centro de Medição e de instalação do novo Sistema a Climatização e farão visitas regulares que deverão ocorrer no mínimo 01 (uma) vez por mês, durante 3 (três) meses, no caso do Centro de Medição e de no mínimo 08 (oito) visitas por mês, no caso do Sistema de Climatização.
- 5.6.4. É obrigação da CONTRATADA prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que eventualmente sejam necessários durante a execução da obra. Os profissionais Responsáveis Técnicos serão demandados, por meio dos endereços eletrônicos indicados no Anexo A.V (carta de preposto), e deverão responder no prazo de 24 (vinte e quatro) horas os questionamentos e impugnações surgidos durante a fase externa da licitação da obra fruto da entrega dos projetos desta contratação.

## **6. OBSERVAÇÕES GERAIS**

- 6.1. O Memorial Descritivo deverá apresentar especificação detalhada dos materiais a serem utilizados, com todas as características necessárias para identificação dos produtos a serem aplicados.
- 6.2. As especificações técnicas deverão ser elaboradas em conformidade com as Normas do INMETRO e práticas específicas, de modo a abranger todos os materiais, equipamentos e serviços previstos na obra.
- 6.3. As especificações técnicas deverão estabelecer as características necessárias e suficientes ao desempenho técnico requerido no projeto, bem como para a contratação posterior dos serviços.
- 6.4. Se houver associação de materiais, equipamentos e serviços, a especificação deverá compreender todo o conjunto, de modo a garantir a harmonização entre os elementos e o desempenho técnico global.
- 6.5. As especificações técnicas deverão ater-se aos materiais, equipamentos e serviços pertinentes ao mercado nacional.





- 6.6. As especificações técnicas não poderão reproduzir catálogos de um determinado fornecedor ou fabricante, a fim de permitir alternativas de fornecimento.
- 6.7. As especificações técnicas de soluções inéditas deverão se apoiar em justificativa e comprovação do desempenho requerido pelo projeto, através de testes, ensaios ou experiências bem-sucedidas, a juízo da CONTRATANTE.
- 6.8. As especificações serão elaboradas visando equilibrar economia e desempenho técnico, considerando custos de fornecimento e de manutenção, porém sem prejuízo da vida útil do componente do sistema.
- 6.9. Não incluir no projeto, salvo por motivo técnico justificado, com sua devida exposição, quaisquer condições que possam restringir ou frustrar o caráter competitivo do procedimento licitatório de execução do serviço a ser instaurado.
- 6.10. Não incluir no Projeto, salvo por motivo técnico justificado, com sua devida exposição, o fornecimento de bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas. Se a referência de marca ou modelo for indispensável para a perfeita caracterização do componente do sistema, a especificação deverá indicar, no mínimo, três alternativas de aplicação e conterá obrigatoriamente a expressão “ou equivalente”, definindo com clareza as características e desempenho técnico requerido pela obra, de modo a permitir a verificação e comprovação da equivalência com outros modelos e fabricantes.
- 6.11. O memorial Descritivo deverá conter todas as informações necessárias à perfeita execução dos serviços.
- 6.12. Os itens da planilha deverão corresponder a serviços, materiais descritos e preços detalhados no memorial.
- 6.13. Obs.: os preços da planilha deverão ser baseados, quando possível, nas tabelas do SINAPI ou do boletim referencial de custos do CPOS.
- 6.14. O quantitativo deverá ser apresentado em unidades perfeitamente quantificáveis, como m, m<sup>2</sup>, m<sup>3</sup>, unidade, etc. Não deverão ser apresentadas verbas como unidade de medida.
- 6.15. Apresentar quantitativo da documentação a ser exigida, como alvará, ART's, certidões etc.

## **7. LEGISLAÇÃO**

Os projetos objeto desta contratação deverão obedecer à:

- ABNT NBR 16401: - Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e individuais;
- ABNT NBR 14.679/2001 – Sistemas de condicionamento de ar e ventilação – execução de serviços de higienização.
- ABNT NBR 6.401/1.980 – Instalações centrais de ar-condicionado para conforto – Parâmetros básicos de projeto.
- Normas e recomendações da ASHRAE – American Society of Heating, Refrigerating and Air-Conditioning Engineers;
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Resolução RE nº 9/2003 - Padrões de qualidade do ar de interiores em ambientes climatizados de uso público;



- Código de Obras da Prefeitura Municipal de Santos em vigor.
- Regulamentos e Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo.  
Normas da Concessionária de Energia Elétrica (AES Eletropaulo).
- ABNT NBR 14039 – Instalações elétricas de média tensão – 1 kV até 34,2 kV.  
ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 8.1. Nomear responsáveis técnicos – engenheiros mecânico e eletricitista – com experiência profissional, responsáveis pelos serviços, com o objetivo de garantir o bom andamento dos trabalhos. Estes profissionais terão a obrigação de reportar-se, sempre que houver necessidade, à fiscalização do Tribunal e tomar as providências pertinentes. Também os responsáveis deverão permanecer à disposição para as consultas que porventura se fizerem necessárias aos profissionais responsáveis pelos projetos executivos, projeto da entrada de energia e orçamentos.
- 8.2. Mediante o recebimento das informações e das diretrizes necessárias ao desenvolvimento dos projetos para a licitação da obra, é de responsabilidade da licitante vencedora a análise dessa documentação e a verificação de falhas, omissões ou erros com relação às leis, às normas e à boa técnica, e particularmente ao que dispõe o inciso IX do art. 6º da Lei 8.666/93.
- 8.3. Prestar os serviços dentro do parâmetro de rotinas estabelecidas pela Coordenadoria de Infraestrutura Predial e legislação vigente, fornecendo todos os documentos solicitados, inclusive os relatórios de materiais em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações.
- 8.4. Reexecutar serviços considerados não satisfatórios, sempre que solicitado pela fiscalização.
- 8.5. Responsabilizar-se por todos os levantamentos locais que se fizerem necessários, bem como as necessárias consultas a qualquer entidade, tais como, concessionárias de serviços, Prefeitura e fornecedores.
- 8.6. Fornecer à Coordenadoria de Infraestrutura Predial os projetos conforme especificados nesta Especificação e seus anexos.
- 8.7. Não incluir no projeto, salvo por motivo técnico justificado, quaisquer condições que possam restringir ou frustrar o caráter competitivo da futura licitação para a execução da obra.
- 8.8. Não incluir no projeto, salvo por motivo técnico, o fornecimento de bens e serviços sem similares ou de marcas, características e especificações exclusivas.
- 8.9. Os profissionais designados pela CONTRATADA como Responsáveis Técnicos pelos serviços, deverão ter disponibilidade para serem convocados a qualquer instante dentro do horário comercial para prestarem esclarecimentos, recebimento de novas instruções ou discutir interferências trazidas pelos projetos. No caso de não comparecimento dos responsáveis técnicos em até 48 (quarenta e oito) horas, quando formalmente convocado por e-mail, a empresa poderá ser penalizada.



- 8.10. Os profissionais Responsáveis Técnicos, mesmo depois de entregues os projetos, deverão manter-se à disposição e em estreito relacionamento com os profissionais responsáveis pelos projetos executivos e da entrada de energia que comporão o conjunto de elementos necessários e suficientes à completa execução da obra.
- 8.11. Tendo em vista o que dispõe o art. 111 da Lei 8.666/93 fica estabelecido que o autor do projeto cede e dá por quitados todos os direitos patrimoniais a ele relativos para que o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região possa dele se utilizar como bem lhe aprouver, podendo inclusive repeti-lo em outros locais sem que nenhum pagamento extra seja devido ao autor.
- 8.12. Os profissionais responsáveis técnicos pelos projetos solicitados, deverão continuar respondendo por eles, durante as execuções das obras, caso haja necessidade de adequações.
- 8.13. Prestar garantia, com especial atenção ao que dispõe a Lei Nº 10.406, de 2002 - Código Civil, sobre a execução de serviços da natureza do objeto desta Especificação.



**ANEXO A.I**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO**

Declaro para o Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região,

Que sou detentor de todas as informações necessárias ao oferecimento da proposta de preços e execução dos serviços, conforme exigência do edital nº 026/2018 e condições especificadas no Anexo A – Especificação do Objeto e seus anexos, nada havendo a reclamar ou exigir, em etapa posterior, para o exato cumprimento das obrigações assumidas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Cidade                      Data

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa e CNPJ

\_\_\_\_\_  
Responsável pela empresa



ANEXO A.II

MODELO DE TERMO DE INDICAÇÃO DOS INTEGRANTES DA EQUIPE TÉCNICA

Ao Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região,

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_ (*endereço completo*), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a) \_\_\_\_\_, (*cargo ou função*), portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, nos atos relativos ao Pregão \_\_\_\_\_, para os devidos fins, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que os profissionais abaixo relacionados, sob a Coordenação do primeiro, integram a Equipe Técnica de Nível Superior desta empresa para a prestação de serviços técnicos especializados objeto do citado edital.

Nome completo do profissional	Título Profissional	Nº de Registro CREA	Responsabilidade Técnica	Natureza da relação profissional (*)
PROJETO DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO				
			Coordenador	
			Projeto do Sistema Climatização (AC)	
			Projeto Elétrico do Sist. Climatização	
PROJETO DE ADEQUAÇÃO DO CENTRO DE MEDIÇÃO				
			Coordenador	
			Projeto de Entrada de Energia	
			Projeto Executivo Elétrico	

Declaramos, ainda, estar cientes de que deverá ser comunicada ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região a pretensão de inclusão ou substituição de profissional na Equipe Técnica de Nível Superior, para análise prévia, devendo ser apresentados os documentos do novo profissional comprovando as exigências relativas à qualificação técnica constantes do edital.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Cidade Data

\_\_\_\_\_  
(assinatura do responsável pela empresa)

Obs.: (\*) Sócio, diretor, empregado permanente, responsável técnico ou subcontratado.



ANEXO A.III

MODELO DE DECLARAÇÃO INDIVIDUAL DE ACEITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Ao Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região,

\_\_\_\_\_  
(nome completo do profissional), portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, e com registro no CREA \_\_\_\_\_ (UF) \_\_\_\_\_, DECLARA, perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para os devidos fins, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser conhecedor das condições constantes no Edital nº \_\_\_\_\_ e seus anexos e que aceita participar da Equipe Técnica da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, comprometendo-se com a prestação de serviços técnicos especializados objeto do citado edital como responsável técnico pelos projetos de \_\_\_\_\_ (descrição dos projetos).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Cidade Data

\_\_\_\_\_  
(assinatura do responsável pela empresa)

**Observações:**

- 1) As declarações deverão ser apresentadas individualmente e juntamente com o TERMO DE INDICAÇÃO DOS INTEGRANTES DA EQUIPE TÉCNICA do edital.
- 2) A assinatura do Profissional neste documento representa:
  - seu conhecimento e anuência sobre os dados fornecidos;
  - sua concordância para ser incluído na equipe de execução dos serviços objeto da licitação, se o Proponente for declarado vencedor do certame;
  - seu compromisso de estar disponível no período de vigência do contrato.
- 3) A substituição de quaisquer desses Profissionais só será admitida, em qualquer tempo, por outro(s) que detenha(m) no mínimo as mesmas qualificações exigidas na licitação e por motivos relevantes, justificáveis pelo Licitante sob avaliação do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.
- 4) O Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a não veracidade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, o cancelamento do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.



**ANEXO A.IV**

**CARTA DE PREPOSTO**

Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida na Rua \_\_\_\_\_, vem indicar o Sr. \_\_\_\_\_; inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_; portador do RG nº \_\_\_\_\_; telefone: \_\_\_\_\_; e-mail \_\_\_\_\_ e endereço \_\_\_\_\_, como preposto titular e o Sr. \_\_\_\_\_; inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_; portador do RG nº \_\_\_\_\_; telefone: \_\_\_\_\_; e-mail \_\_\_\_\_ e endereço \_\_\_\_\_ como preposto substituto, conferindo-lhes poderes para representá-la durante a execução contratual.

São Paulo, \_\_ de \_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_

(Assinatura do Representante legal)

\_\_\_\_\_

(Assinatura do Preposto)

\_\_\_\_\_

(Assinatura do Preposto substituto)

\_\_\_\_\_

Obs.1: Esta Carta de Preposto deverá ser entregue junto ao contrato assinado, conforme item 13.2.3 do instrumento convocatório.





**ANEXO B**

**MINUTA DE CONTRATO**

**PREGÃO Nº 026/2018 - CONTRATO CCL-CT Nº \_\_\_\_/2018**

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO** E A EMPRESA \_\_\_\_\_, PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E CADERNO DE ENCARGOS COMPLEMENTARES COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PLANILHA DE MATERIAIS E SERVIÇOS, VISANDO A MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO À ATUAL NECESSIDADE, DO FÓRUM DE SANTOS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, BEM COMO CASO NECESSÁRIO, A ADEQUAÇÃO E APROVAÇÃO DO CENTRO DE MEDIÇÃO JUNTO À CONCESSIONÁRIA.

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**, Órgão do Poder Judiciário Federal, Justiça do Trabalho, C.N.P.J. nº 03.241.738/0001-39, com sede na Rua da Consolação nº 1.272, São Paulo/SP, representado neste ato por seu Desembargador Presidente, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a \_\_\_\_\_ C.N.P.J. nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, por seu representante legal no final qualificado, doravante designada meramente **CONTRATADA**, na presença de duas testemunhas, no final identificadas e assinadas, celebram o presente contrato, em conformidade com o resultado do **Processo PROAD nº 12.494/2018 e Pregão nº 026/2018**, devidamente homologado nos autos do referido processo, fundamentado na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como legislação aplicável, firmando o compromisso de cumpri-lo de acordo com as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a elaboração de projeto executivo e caderno de encargos complementares com as especificações técnicas e planilha de materiais e serviços visando a modernização e adequação do sistema de ar condicionado à atual necessidade, do Fórum de Santos do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, localizado à Rua Brás Cubas, 158, Santos/SP, bem como caso necessário, a adequação e aprovação do centro de medição junto à concessionária, de acordo com as exigências deste instrumento e demais disposições do **Pregão nº 026/2018** e em seus anexos, bem como da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, documentos estes cujas disposições ficam fazendo parte integrante do presente, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A **CONTRATADA** obriga-se a:



1. Manter as condições de habilitação apresentadas no procedimento licitatório durante toda a execução deste contrato;
2. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços prestados;
3. Obedecer às normas técnicas de saúde, de segurança do trabalho e de proteção ao meio ambiente, conforme exigido no artigo 12, inc. VI e VII, da Lei nº 8.666/93 e do artigo 1º da Lei nº 4.150/62;
4. Assumir integral responsabilidade pelos danos causados à União ou a terceiros, por seus empregados, na prestação dos serviços contratados, inclusive por acidentes, mortes, perdas ou destruições, furtos comprovados, isentando a União de todas e quaisquer reclamações que possam advir, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento de indenização correspondente;
5. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados, instruindo-os a tratar com urbanidade e respeito todas as pessoas presentes nas dependências do **CONTRATANTE** e de suas unidades, onde prestar serviço;
6. Manter a disciplina no local dos serviços, adotando medidas que previnam ou reprimam, de forma eficaz, condutas prejudiciais à adequada execução contratual, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis;
7. Fornecer pessoal capacitado para a atividade, devidamente uniformizado, com seu logotipo, crachá de identificação e ferramenta apropriada ao serviço a ser executado, o qual deverá seguir as normas de segurança do **CONTRATANTE**;
8. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento de seus empregados, acidentados ou com mal súbito;
9. Cercar os seus empregados de todas as garantias e medidas de proteção ditadas pela legislação vigente, inclusive no que diz respeito à higiene e segurança do trabalho, mediante o emprego de todos os meios acautelatórios aconselhados para cada espécie de serviço a executar, responsabilizando-se pelo fornecimento e fiscalização de todos os equipamentos e materiais de proteção individual (EPI) e Coletivo (EPC), ficando sob sua inteira responsabilidade qualquer acidente ou dano que venha a ocorrer durante a execução do serviço;
10. Cumprir rigorosa e integralmente o que dispõe o Anexo A do edital - Especificação do Objeto.

**Parágrafo Único:** A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, conforme § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

São obrigações do **CONTRATANTE**:



1. Facilitar por todos os meios o exercício das funções da **CONTRATADA**, dando-lhe acesso às suas instalações, desde que devidamente identificada, promovendo o bom relacionamento e entendimento entre seus serviços e os da **CONTRATADA**.
2. Fornecer desenhos e plantas do Fórum de Santos.
3. Fiscalizar o bom andamento do serviço prestado pela **CONTRATADA**, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando a **CONTRATADA** as ocorrências e quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO**

A responsabilidade técnica dos serviços prestados caberá ao(à) Sr(a) \_\_\_\_\_, habilitado(a) em \_\_\_\_\_ registrado(a) no CREA com o nº \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA**

O presente contrato vigorará a partir da data de sua assinatura e seu término se dará na data do recebimento definitivo da execução da obra de adequação do centro de medição e implantação do novo sistema de ar condicionado, respeitado o limite estabelecido no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA SEXTA: DOS SERVIÇOS**

O prazo estimado para a execução dos serviços de elaboração dos projetos é de 60 (sessenta) dias, e o acompanhamento de execução da obra será por um período de 08 (oito) meses. A data de início da obra será definida após a realização de processo licitatório para contratação dos serviços de execução das obras de implantação dos sistemas de climatização e adequação do centro de medição.

**Parágrafo Primeiro:** Os projetos destinam-se à adequação do Centro de Medição e do Sistema de Climatização do Fórum de Santos, devendo haver o acompanhamento local durante a obra através de visitas técnicas mensais ao local, considerando-se no mínimo 03 (três) e 08 (oito) visitas, respectivamente, para os responsáveis destes projetos.

**Parágrafo Segundo:** A execução dos serviços deverá ser concluída no prazo de 60 (sessenta) dias, observando-se quanto à conclusão dos serviços contratados e as regras referentes ao recebimento do objeto estabelecidas neste contrato.

**Parágrafo Terceiro:** Todas as reuniões para apresentação dos trabalhos desenvolvidos, análises dos projetos pela equipe de fiscalização e entrega dos projetos e/ou documentação, serão na Coordenadoria de Infraestrutura Predial do **CONTRATANTE**, localizada na Av. Marquês de São Vicente, 121, Bloco A, 8º andar, Barra Funda, São Paulo/SP (Condomínio Millenium).

**Parágrafo Quarto:** Os projetos deverão ser realizados nos prazos fixados no item 5.5 do Anexo A - Especificação do Objeto.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DAS HIPÓTESES DE PRORROGAÇÃO**



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Coordenadoria de Compras e Licitações**  
**Seção de Licitações**

**Pregão Eletrônico nº 026/2018**

Os prazos inicialmente previstos relativos à execução do objeto poderão sofrer prorrogação, nas hipóteses previstas no artigo 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93, mantidas as demais cláusulas contratuais.

**CLÁUSULA OITAVA: DO PREÇO**

O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pela execução dos serviços a quantia total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), já incluídas nesse preço as despesas com fretes, seguros, impostos e quaisquer outras incidentes sobre as operações da **CONTRATADA**. Os valores referentes aos 1º e 2º pagamentos do projeto do sistema de climatização e 1º, 2º e 3º pagamentos do projeto de adequação do centro de medição serão fixos e irrevogáveis durante toda vigência contratual.

**Parágrafo Primeiro:** Para a execução do projeto do sistema de climatização, o **CONTRATANTE** pagará o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), de acordo com a tabela abaixo:

Pagamento	Condição	Porcentagem de pagamento
1º	Após aprovação pela Coordenadoria de Infraestrutura Predial (CIP) do anteprojeto, conforme item 5.5.3 do Anexo A	20%
2º	Após aprovação pela CIP do projeto executivo, conforme item 5.5.8 do Anexo A	60%
3º	Serviço de consultoria e acompanhamento da obra conforme item 5.6 do Anexo A	20%

**Parágrafo Segundo:** Para a execução do projeto de adequação do centro de medição, o **CONTRATANTE** pagará o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), de acordo com a tabela abaixo:

Pagamento	Condição	Porcentagem de pagamento
1º	Após aprovação pela CIP do anteprojeto, conforme item 5.5.6 do Anexo A	10%
2º	Após aprovação pela CIP do projeto encaminhado e aprovado pela Concessionária, conforme item 5.5.7 do Anexo A	10%
3º	Após aprovação pela CIP do projeto executivo, conforme item 5.5.8 do Anexo A	60%
4º	Serviço de consultoria e acompanhamento da obra conforme item 5.6 do Anexo A	20%

**Parágrafo Terceiro:** Os pagamentos referentes à consultoria e acompanhamento da obra serão realizados mensalmente, conforme subitem 5.6.3 do Anexo A, na razão de 1/3 (um terço) e 1/8 (um oitavo) da porcentagem descrita na tabela acima para a adequação do centro de medição e para o sistema de climatização, respectivamente. Caso a obra seja finalizada antes do período indicado naquele subitem, o saldo remanescente será pago integralmente à **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO**

Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante recibo, o objeto deste contrato será recebido:

- **Provisoriamente**, em reunião marcada para entrega dos projetos, na qual deverá ser elaborada ata com menção do recebimento provisório do serviço;



- **Definitivamente**, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório dos projetos, mediante a confirmação da regularidade dos projetos executados conforme as disposições contratuais e emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

**Parágrafo Único:** Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram prestados em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à **CONTRATADA**, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

#### **CLÁUSULA DEZ: DO PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados de acordo com a Cláusula Oitava deste instrumento, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento e certificação pela fiscalização do **CONTRATANTE** da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações contratuais.

**Parágrafo Primeiro:** Os pagamentos referentes à consultoria e acompanhamento da obra serão realizados mensalmente, durante a execução das obras.

**Parágrafo Segundo:** Quando do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá comprovar sua regularidade fiscal federal no tocante à documentação obrigatória (Receita Federal, FGTS, INSS e CNDT). Em caso de irregularidade fiscal haverá suspensão do prazo de pagamento e o contratado será notificado para que sejam sanadas as pendências no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período.

**Parágrafo Terceiro:** O pagamento será creditado em favor da **CONTRATADA** por meio de Ordem Bancária, em qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

**Parágrafo Quarto:** O **CONTRATANTE** poderá efetuar o pagamento por meio de títulos de cobrança bancária com código de barras, desde que o valor seja líquido, já descontada a retenção na fonte prevista neste contrato.

**Parágrafo Quinto:** Sobre o valor faturado, será retido na fonte o correspondente ao Imposto sobre a Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP, conforme o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96 e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11/01/2012, com as alterações.

**Parágrafo Sexto:** As microempresas e empresas de pequeno porte, enquadradas ou não no regime tributário do Simples Nacional, receberão tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11/01/2012.

**Parágrafo Sétimo:** A empresa optante pelo regime do Simples Nacional deverá encaminhar, anexa à primeira Nota Fiscal Eletrônica, para fins de comprovação da manutenção de sua



situação jurídica, a declaração constante do Anexo IV daquela Instrução Normativa, em duas vias, assinadas pelo representante legal.

**Parágrafo Oitavo:** Caso a **CONTRATADA**, optante pelo Simples Nacional, não apresente a declaração indicada na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11/01/2012 ou a envie em desacordo com o seu Anexo IV, sofrerá retenção na fonte do correspondente ao Imposto sobre a Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e contribuição para o PIS/PASEP, conforme o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96 e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11/01/2012, com as alterações e demais encargos legais.

**Parágrafo Nono:** Sob pena de aplicação das penalidades e incidência dos encargos legais, a microempresa ou empresa de pequeno porte, optante ou não pelo SIMPLES NACIONAL deverá, em caso de alteração desta condição, comunicar imediatamente ao **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Dez:** Considera-se como data do efetivo pagamento o dia em que for emitida a competente Ordem Bancária em favor da **CONTRATADA**.

**Parágrafo Onze:** Quando legalmente exigido, o **CONTRATANTE** fará a retenção na fonte e o respectivo recolhimento de outros tributos e contribuições.

**Parágrafo Doze:** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamentos provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou 12% (doze por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de apuração dos encargos;

TX = Percentual anual de encargos moratórios;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

#### **CLÁUSULA ONZE: DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização e a gestão serão realizadas com o acompanhamento do presente contrato e das eventuais penalidades e serão exercidas pelo **CONTRATANTE** por servidores designados por Portaria da Diretoria Geral da Administração, nominando-o e a seu substituto, a qual será juntada ao processo quando da sua publicação.

**Parágrafo Primeiro:** A fiscalização encaminhará as ocorrências e informará a gravidade das infrações à Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações para o processamento das penalidades.



**Parágrafo Segundo:** Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, o **CONTRATANTE** reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

**Parágrafo Terceiro:** A fiscalização do **CONTRATANTE** poderá suspender qualquer serviço no qual se evidencie risco iminente, ameaçando a segurança de pessoas, equipamentos, patrimônio do **CONTRATANTE** ou de terceiros.

**Parágrafo Quarto:** A suspensão dos serviços, motivada por condição de insegurança, na qual se verifique a inobservância, pela **CONTRATADA**, das normas vigentes e demais disposições do presente contrato, não a eximirá da incidência de multas por atraso e demais penalidades previstas neste contrato e no instrumento convocatório.

#### CLÁUSULA DOZE: DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste contrato, erros ou atrasos e quaisquer outras irregularidades não justificadas, a unidade fiscalizadora informará a gravidade da infração, sugerindo a aplicação à **CONTRATADA**, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, das seguintes penalidades:

a) Multa, conforme porcentagens e ocorrências dispostas nas tabelas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	GRAU DA INFRAÇÃO
1	Descumprir quaisquer obrigações contratuais, não explicitadas nos demais itens	1
2	Atrasar a execução do objeto apresentando justificativa parcialmente aceita	2
3	Atrasar injustificadamente a execução do objeto	3
4	Não entregar documentação solicitada pelo CONTRATANTE	4
5	Descumprir prazos, exceto quantos aos itens 2 e 3 supra	4
6	Cometer erros de execução do objeto	5
7	Desatender as solicitações do CONTRATANTE	5
8	Descumprir as especificações técnicas e normas mencionados no contrato	5
9	Executar o objeto contratado de forma imperfeita	5
10	Não manter as condições de habilitação durante a vigência contratual	6
11	Alterar a equipe técnica sem autorização do CONTRATANTE	6
12	Inexecutar parcialmente o contrato	7
13	Descumprir a legislação (legais e infralegais) afeta à execução do objeto (direta ou indireta)	8
14	Inexecutar totalmente o contrato	9

GRAU	ADVERTÊNCIA NA 1ª OCORRÊNCIA	MULTA (% EM RELAÇÃO AO VALOR CONTRATUAL)		PRAZO DO IMPEDIMENTO DE CONTRATAR
		MORATÓRIA	INDENIZATÓRIA	
1	Sim	Não	Não	Não
2	Não	0,2% ao dia	3% por ocorrência	até 2 meses





3	Não	0,4% ao dia	4% por ocorrência	de 2 até 3 meses
4	Não	0,6% ao dia	5% por ocorrência	de 3 até 6 meses
5	Não	0,8% ao dia	6% por ocorrência	de 6 meses até 1 ano
6	Não	1,0% ao dia	7% por ocorrência	de 1 ano até 2 anos
7	Não	1,2% ao dia	8% por ocorrência	de 2 anos até 3 anos
8	Não	1,5% ao dia	9% por ocorrência	de 3 anos até 4 anos
9	Não	-	10% por ocorrência	de 4 anos até 5 anos

b) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciado do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, em caso de apresentação de documentação falsa, falha ou fraude na execução deste contrato, comportamento inidôneo (conforme descrito nos artigos 92, § único, 96 e 97 § único da Lei 8.666/93), cometimento de fraude fiscal ou de declaração falsa, além de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato;

c) Multa rescisória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, a que ficará obrigada a **CONTRATADA** pela inexecução total ou parcial do contrato.

**Parágrafo Primeiro:** As multas previstas nesta cláusula poderão ser descontadas dos pagamentos a que porventura a **CONTRATADA** tenha direito.

**Parágrafo Segundo:** Caso inexistentes pagamentos, a **CONTRATADA** deverá recolher as multas no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir do recebimento da notificação, por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União, apresentando o comprovante de pagamento ao **CONTRATANTE**, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União.

**Parágrafo Terceiro:** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA TREZE: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nas situações previstas no artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Único:** Ocorrendo a rescisão de que trata o caput desta cláusula, não caberá à **CONTRATADA** qualquer indenização, salvo se motivada pelas hipóteses previstas nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sem culpa da **CONTRATADA**, sendo-lhe devido apenas o pagamento relativo ao serviço realmente executado e desde que aprovado pelo **CONTRATANTE**, deduzidas as multas que eventualmente tenham sido aplicadas.

#### CLÁUSULA QUATORZE: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das penalidades previstas, bem como da rescisão unilateral deste contrato por ato do **CONTRATANTE**, caberá recurso, sem caráter suspensivo, nos termos do artigo 109 da Lei nº 8.666/93 com suas alterações.

#### CLÁUSULA QUINZE: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Coordenadoria de Compras e Licitações**  
**Seção de Licitações**

**Pregão Eletrônico nº 026/2018**

O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo **CONTRATANTE** ou por mútuo consentimento das partes, caracterizadas as hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

**Parágrafo Único:** O termo aditivo deverá ser devolvido à Coordenadoria de Contratos devidamente assinado por representante legal da **CONTRATADA**, com firma reconhecida em Cartório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o envio do documento, sob pena de incidência das penalidades dispostas neste instrumento.

**CLÁUSULA DEZESSEIS: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados a este Regional na Lei Orçamentária nº 13.587, de 02/01/2018, publicada no D.O.U. em 03/01/2018, conforme Programa de Trabalho 15.103.02.122.0571.4256.0035, natureza de despesa 3.3.9.0.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

**CLÁUSULA DEZESSETE: DA PUBLICAÇÃO E REGISTRO**

O presente contrato, que será registrado e arquivado pelo **CONTRATANTE**, terá seu extrato publicado na Imprensa Oficial, conforme o *caput* do artigo 60 e parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DEZOITO: DO FORO**

As partes contratantes elegem a Seção Judiciária de São Paulo da Justiça Federal como o foro competente para dirimir eventuais dúvidas decorrentes da execução do presente contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo as partes contratantes, assinam o presente instrumento de contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo,      de                      de 2018.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO  
DA 2ª REGIÃO

P/ CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:



ANEXO C

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Pregão nº 026/2018 - Eletrônico

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Contato:

Tel.: Cel.

OPTANTE DO SIMPLES: ( ) SIM ( ) NÃO

Dados Bancários

Banco:

Agência:

C/C:

e-mail:

OBJETO	VALOR TOTAL (sistema de climatização + adequação do centro de medição)
Contratação de empresa para elaboração de projeto executivo e caderno de encargos complementares com as especificações técnicas e planilha de materiais e serviços visando a modernização e adequação do sistema de ar condicionado à atual necessidade, do Fórum de Santos do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, localizado à Rua Brás Cubas, 158 – Santos/SP, bem como, caso necessário, a adequação e aprovação do centro de medição junto à concessionária	R\$ _____,____

Sistema de Climatização	Total
Elaboração de projeto executivo para instalação de sistema de refrigeração tipo split (mini e multi) e de renovação de ar no Fórum de Santos.	

Adequação do centro de medição	Total
Elaboração de projeto executivo de adequação do centro de medição em conformidade com as normas da concessionária de energia.	

**Prazo de Validade da Proposta:** 60 (sessenta) dias, contados da data em que a proposta for anexada no Comprasnet.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
(Representante da Empresa)



**ANEXO D**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO À RESOLUÇÃO Nº 156 DO CNJ, DE 09/08/2012**

\_\_\_\_\_(nome), \_\_\_\_\_RG, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_,  
declaro, ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sob as penas da lei, que não incido em qualquer  
hipótese de vedação prevista na Resolução nº 156/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura



ANEXO E

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO À RESOLUÇÃO Nº 7 DO CNJ, DE 18/10/2005

Pregão nº 026/2018 - Eletrônico

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr (a) \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores investidos em cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, pertencentes ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
(Representante da Empresa)



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Coordenadoria de Compras e Licitações**  
**Seção de Licitações**

**Pregão Eletrônico nº 026/2018**

**ANEXO F**

**PLANTAS**

**(ARQUIVOS EM PDF)**